

13 de Dezembro de 2012

Conferência proferida pelo Senhor Professor **Raul Rosado Fernandes**
no Instituto D. João de Castro

HERÓIS DO MAR E DA TERRA, OU NÃO?

“Heróis do Mar”, é assim que orgulhosamente começa o hino nacional português. Não se fala da terra e da falta que ela nos tem feito no decorrer dos séculos. A comprová-lo, vou examinar, antes de falar da terra e de seus produtos e áreas, alguns passos da *História Trágico-Marítima*, texto não suficientemente lido, embora muito conhecido, pelo menos de ouvido, e que testemunha o que passaram os nossos navegadores, emigrantes e escravos, quando derrubados e naufragados em tempestades.

Heróis verdadeiros eram, porque herói não é só o que se bate, mas também o é o que foi vencido, depois de resistir e de se bater. Nesse *trágico* texto, que bem merece tal adjectivo, queriam os navegadores, vindos da Índia ou rumando à Índia, dobrar o Cabo da Boa Esperança, e eram lançados em terras desconhecidas, desertas, e povoadas por povos desconhecidos e cruéis, das terras do Natal, hoje em território da África do Sul.

O texto, dos mais célebres, conhecido pelo “Naufrágio do Sepúlveda”, da “Relação da mui notável Perda do Galeão Grande S.João, em 24 de Junho de 1552” é citado neste texto da edição da *“História Trágico-Marítima, compilada por Bernardo Gomes de Brito”,* Biblioteca de Clássicos Portugueses, de Mello de Azevedo, Vol.XL, Lisboa 1904, vol.I,pp.16-44.

Manuel de Sousa (Sepúlveda) era um fidalgo mui nobre e bom cavaleiro, e na Índia gastou em seu tempo mais de cinquenta mil cruzados em dar de comer a muita gente, em boas obras que fez a muitos homens; por derradeiro foi acabar sua vida e de sua mulher e filhos em tanta lástima e necessidade entre os cafres, faltando-lhe o comer e beber e vestir. E passou tantos trabalhos antes de sua morte que não podem ser cridos senão de quem lhos ajudou a passar, que entre os mais foi um Álvaro Fernandes, guardião do galeão, que me contou isto muito particularmente, que por acerto achei aqui em Moçambique no ano de mil e quinhentos e cinquenta e quatro.

Partiu neste galeão Manoel de Sousa, que Deus perdoe, para fazer esta desventurada viagem de Cochim, a três de Fevereiro do ano de cinquenta e dous. E partiu tão tarde por ir carregar a Coulão e lá haver pouca pimenta, onde carregou obra de quatro mil e quinhentas, e veio a Cochim acabar de carregar a cópia de sete mil e quinhentas por toda, com muito trabalho

por causa da guerra que havia no Malavar. E com esta carga se partiu para o Reino, podendo levar doze mil; e ainda que a nau levava pouca pimenta, nem por isso deixou de ir muito carregada de outras mercadorias, no que se havia de ter muito cuidado pelo grande risco que correm as naus muito carregadas. Sendo já em onze de Março, eram nordeste e sudoeste, com o Cabo de Boa Esperança vinte e cinco léguas ao mar, ali lhe deu o vento oeste e o és-noroeste com muitos fuzis. E sendo perto da noite o capitão chamou o mestre e o piloto e lhes perguntou que deviam fazer com aquele tempo, pois lhe era pela proa, e todos responderam que era bom conselho arribar.

As razões que davam para arribar foram que a nau era muito grande e muito comprida, e ia muito carregada de caixaria e de outras fazendas, e não traziam outras velas senão as que traziam nas vergas, que a outra equipação levou um temporal que lhe deu na Linha e estas eram tão rotas que se não fiavam nelas; e que se parassem, e o tempo crescesse, e lhes fosse necessário arribar, lhes poderia o vento levar as outras velas que tinham, que era prejuízo para sua viagem e salvação, que não havia na nau outras; e tais eram aquelas que traziam, que tanto punham em as remendar como em navegar. E uma das cousas por que não tinham dobrado o cabo a este tempo, foi pelo tempo que gastavam em as amainar para coserem; e portanto o bom conselho era arribar com os papa-figos grandes ambos baixos, porque dando-lhe somente a vela de proa, era tão velha que estava mui certo levar-lha o vento da verga, pelo grande peso da nau e, ambos juntos, um ajudaria ao outro. Andando assim neste trabalho, tornou-lhes outra vez a saltar o vento a lés-sudoeste e temporal desfeito, e já então parecia que Deus era servido do fim que ao depois tiveram. E indo com a mesma vela arribando outra vez, lançando-lhe o leme à banda, que não quis a nau dar por ele e toda se pôs de ló; o vento, que era bravo, lhe levou o papa-figo da verga grande. Quando se viram sem vela, e que não havia outra, acudiram com diligência a tomar a vela de proa, e se quiseram antes aventurar a ficar de mar em través que ficarem sem nenhuma vela. O traquete de proa não era ainda acabado de tomar quando se a nau atravessou, e em se atravessando lhe deram três mares tão grandes que dos balanços que a nau deu lhe arrebutaram os aparelhos e costeiras da banda de bombordo, que não lhe ficaram mais que as três dianteiras.

E vendo-se com os aparelhos quebrados e sem nenhuma enxárcia no mastro daquela banda, lançaram a mão a uns viradores para fazerem uns brandais. E estando com esta obra na mão andava o mar muito grosso, e lhes pareceu que por então era obra escusada, e que era melhor conselho cortarem o mastro pelo muito que a nau trabalhava; o vento e o mar eram tamanhos que lhes não consentia fazer obra nenhuma, nem havia homem que se pudesse ter em pé.

Estando com os machados nas mãos, começando já a cortar, vêem supitamente arrebutar o mastro grande por cima das polés das coroas, como se o cortaram de um golpe, e pela banda do estibordo o lançou o vento ao mar, com a gávea e enxárcia, como que fora uma cousa muito leve; e então lhe cortaram os aparelhos e enxárcia da outra banda, e tudo junto se foi ao mar. E vendo-se sem mastro nem verga, fizeram no pé do mastro grande que lhes ficou

um mastaréu de um pedaço de entena, bem pregada e com as melhores arreataduras que puderam, e nele guarnereram uma verga para a vela da guia, e da outra entena fizeram uma verga para papa-figo, e com alguns pedaços de velas velhas tornaram a guarnerer esta verge grande, e outro tanto fizeram para o mastro de proa. E ficou isto tão remendado e fraco que bastava qualquer vento para lhos tornar a levar.

Este não tão pequeno texto é que seguidamente nos vai levar às trágicas desventuras de Manuel de Sousa, ao martírio dos seus companheiros, dos filhos e da mulher de quem eles tinham nascido, com excepção de um filho bastardo, comprova ao mesmo tempo a falta de preparação, não digo habitual, mas pelo menos frequente, que caracterizava e ainda caracteriza hoje em dia o procedimento nacional no que respeita o cuidado a ter com iniciativas da maior responsabilidade e interesse para o país.

De facto, Manuel Sepúlveda que, durante a sua tentativa, ao falhar a rota para Lisboa, de se dirigir a Moçambique, vai enlouquecer, sob a ameaça mortífera dos cafres e perante a morte da mulher, que não suporta o ter sido forçada pelos selvagens a desnudar-se, alguns deles canibais, abandona contra sua vontade todos os companheiros, que por sua vez também vão perecer, embora alguns escapem, como vamos ler no relato do naufrágio, escrito por Manuel de Mesquita Perestrelo, “*Naufrágio da nau S.Bento, comandada por Fernão d’Álvares Cabral, no Cabo da Boa Esperança no ano de 1554*”.

Excessivamente carregada com tripulação, passageiros que regressavam a Portugal e escravos, e com produtos trazidos da Índia, sobretudo de Cochim, na parte meridional da Índia em relação a Goa, impelida por ventos de grande violência, a nau S.Bento leva todos os que a tripulavam a chegarem à conclusão de que o melhor era deixá-la encalhar e destruir-se na orla marítima a grande distância de Lourenço Marques, onde, depois de muitas mortes e apesar de terem encontrado sobreviventes do naufrágio de Manuel de Sousa, irão chegar muito tempo depois, há que contar um ano, apesar da ajuda do “língua”, termo com que caracterizam o intérprete mouro, escapado do outro naufrágio, e que conseguia entender-se com os ditos cafres.

Transcrevemos um passo desta *História* (I, p.86 seg.):

“Passando com estes receios à outra banda, tornámo-nos a juntar com o contra-mestre, em cuja companhia achámos um moço chamado Gaspar, que ficara da destruição de Manuel de Sousa; e sabendo nossa ida, veio ali esperar, desejoso de tornar-se à terra de cristãos, e porque a cousa de que mais necessitados estávamos era de língua, demos todos muitas graças a Deus por nos socorrer em tal tempo, inspirando tanta fé em um mancebo, e mouro de nação, que d’entre aqueles matos e gente quase selvagem, de que já tinha tomado a natureza, se movesse a querer ir connosco, e passar tantos trabalhos...”

É o “língua”, não lhe chamam “Intérprete”, termo este com que depararemos noutros textos, que tinham encontrado e que lhes resolvia o problema do entendimento com os falares indígenas. Entretanto elegem como novo capitão, visto que Fernão d’Álvares tinha

entretanto morrido, o antigo contra-mestre para evitarem qualquer sublevação, uma vez que tripulantes e escravos iam morrendo pelo caminho.

A caminhada pela selva ia continuando e a fome também, por isso, sempre que havia ocasião compravam com pregos e ferro e outros materiais de que dispunham e que ali faltavam, cabras, tubarões, partes de elefantes, hipopótamos, e toda a qualidade de alimárias de que, na caça e em própria defesa, dispunham os cafres, e uma vez que, como povos primitivos, que hoje ainda encontramos na Nova-Guiné e no alto Amazonas, eram povos canibais que viviam da caça e da pesca, nada cultivavam, e se alimentavam dos frutos silvestres que as mulheres da tribo vão colhendo.

Vemos que procedem os Portugueses da mesma forma, quando comem verduras encontradas na selva, ou devoram mariscos, desde lagostas a ostras e búzios que vão encontrando com maior ou menor abundância na orla marítima. Por isso dias havia dias em que nada comiam, outros em que conseguiam matar a fome com a abundância que se lhes deparava por acaso.

Nem mesmo assim conseguiam evitar graves escaramuças, em que, de ambos os lados em confronto, bastantes morriam, excepto quando encontravam tribos a quem interessava, muitas vezes por manha, uma atitude pacífica e de colaboração.

A explicação para a alteração de atitudes, agressivas e mortíferas ou não, é algumas vezes encontrada de forma bastante racional. Lemos (p.143):

“ E como a gente de todas aquelas partes, pelos poucos tráfegos e inquietações de suas vidas, tenham pouca notícia da fortuna e seus revezes, não lhe parecendo que íamos perseguidos dela, antes cuidando que por próprias vontades saíramos de nossas terras, a roubar as alheias, esta má opinião que nos tinham nos fazia geralmente tão aborrecidos de todos...”

Não é pois de admirar o que lemos de Garcia de Resende, citado por Manuel Severim de Faria, em que rapidamente se analisa a falta de gente na pátria-mãe e as suas razões, que hoje se repetem por toda a Europa industrializada ou não:

*Vemos no Reino meter
Tantos cativos crescer
E irem-se os naturais,
Que, se assim for, serão mais
Eles que nós, a meu ver.*

É de facto, e vale a pena insistir, este o problema com que a Europa moderna, mais avançada ou menos avançada, se defronta, com problemas políticos cuja solução todos aguardam mas ninguém consegue pacificamente encontrar, agravado ele, como está, pelo envelhecimento das populações, pela crise de desemprego da mocidade, provocada em grande parte pela deslocalização das indústrias e pela

introdução de maquinaria que substitui com enorme vantagem e tranquilidade os trabalhadores que porventura nos sectores em causa trabalhavam.

A acrescentar a tudo isto há que referir a ideia transmitida intencionalmente, mas erradamente com o título de *“neoliberalismo”*, que não passa de uma exploração capitalista sem qualquer lei que a vigie, transformando-a, isso sim, num capitalismo totalitário e especulador, que intitularíamos de *darwinista*, o da “vantagem comparativa” estudada e lançada no mundo económico por Ricardo. O mais forte é que vence, e isso é melhor para o mundo, o que naturalmente é falso. Assemelha-se ao *capitalismo de Estado estalinista*, que só aproveitava à “Nova Classe Dirigente”, como a intitula em 1955, embora haja quem persista em insistir que é “neoliberal”, o montenegrino Milovan Djilas, ministro do Jugoslavo Tito, e depois encarcerado, como era hábito em regimes com novas classes dirigentes daquele tipo.

Que houve enorme heroicidade portuguesa no mar, não temos dúvidas em aceitá-lo, muito embora ao desembarcar em território conquistado, o Português se habituasse ao terrível hábito de arrecada as *peitas*, tal como hoje, no costume há muito enraizado da corrupção, devido à falta centenária de um sistema de Justiça que continua ausente ou demasiado lento.

Para não falar no *Soldado Prático* de Diogo do Couto e do diálogo, numa das versões, entre o soldado, o despachador e o fidalgo, que ia enriquecer-se na Índia, cito os versos do poeta castelhano Francisco Quevedo, que também devia presenciar pouco mais ou menos as mesmas cenas na sua pátria:

*Poderoso Caballero
es Don Dinero.*

*Madre, yo al oro me humillo;
él es mi amante y mi amado,
pues de puro enamorado,
de continuo anda amarillo;
que, pues doblón o sencillo,
hace todo cuanto quiero,
poderoso Caballero
es Don Dinero.*

*Nace en las Indias honrado,
donde el mundo le acompaña;
viene morir en España*

y es en Génova enterrado.... E assim por diante... E ousaria,

sem maldade, mesmo dizer, até hoje e bem perto de nós, ou longe, nos chamados e deliciosos paraísos fiscais nas ilhas dos mares ingleses, das Caraíbas, etc.

Escusado será dizer que a especulação nunca levou à terra, a lavrá-la, a semeá-la, a irrigá-la. A terra é para os campónios, não para os licenciados, doutorados e escrevedores. Ligado à terra esteve durante séculos o analfabetismo, e analfabeto

só não era quem a comprava, o usurário, que emprestava a juros e bem altos, ou ia licitar e comprar nos leilões das propriedades que em Portugal tinham pertencido à Igreja e às Misericórdias. No entanto, a propriedade rural sempre despertou interesse, o mais que não fosse, porque comida é necessária à mesa mesmo do maior agiota, por pouco que coma, e além disso é um património que existe, mas que, como diz o povo, já não se fabrica, muito embora saibamos que na Holanda, nos *polders*, muita terra foi conquistada ao mar com diques poderosos, que na última guerra mundial de 1939-45, enorme consternação criaram, a quem porventura pensasse que poderiam ser destruídos, o que efectivamente teria podido acontecer.

No entanto, o termos estupidamente entrado na guerra de 1914-18, deu-nos a oportunidade de criarmos uma pequena frota de navios de passageiros e de carga, com os navios alemães apresados, quer no Mar da Palha, na bacia do Tejo (como o *Lima*), ou em Moçambique (como o paquete *Tungue*), além da poderosa frota bacalhoeira, excepcionalmente e numerosa, mas que devido à sobrepesca foi barco a barco desaparecendo.

COMO A AGRICULTURA FOI E É OLHADA EM PORTUGAL

Era velha tradição das famílias portuguesas entregarem os seus descendentes mais capazes intelectualmente, ou à Igreja ou ao serviços políticos e às Forças Armadas (nos cargos mais altos), e os menos brilhantes, o que não quer dizer, menos capazes, à gestão do património agrário. Com diferenças de costumes, ritos e épocas, foi este pouco inteligente pensamento que permaneceu até à bem pouco tempo, no nosso país, embora no séc. XIX a regra fosse muitas vezes quebrada.

Não quer isto dizer que as classes dirigentes portuguesas não dedicassem atenção às terras de que o país dispunha. Não é por acaso que as *Inquirições* do tempo de D.Dinis, no séc.XIII foram feitas, e há pouco tempo a sua edição apresentada na Academia das Ciências de Lisboa, certamente mais com interesse político do que agrícola, para que se demarcassem, em 1288 e 1284, as terras que pertenciam à Coroa, à nobreza ou aos camponeses proprietários, que muitos não eram.

Seguiu-se até aos nossos tempos uma série infindável de iniciativas político-económicas, desde a *Lei das Sesmarias* promulgadas em 1375 pelo Rei D.Fernando, que procurava não só desbravar e arrotear o Sul do país, como semear os lugares incultos, ou “sesmos”, e cujo sucesso foi extremamente medíocre, para não dizer ainda menos.

Houve em todo este longo e geralmente falhado processo agrícola, pontos mais altos e mais baixos, desde a proibição de exportar cereais, em períodos de fome, até a outros politicamente delicados, entre os quais se avoluma a confiscação dos bens da Igreja, depois das guerras liberais, nos tempos do conhecido Joaquim António de Aguiar, alcunhado de *Mata-Frades*, num processo político que ainda dura até aos

nossos dias por nunca ter sido acabado com método e saber, como é o caso da maior parte das iniciativas políticas em Portugal, onde cada governo que vem substituir outro se sentiria envergonhado se não alterasse todas as medidas políticas anteriormente tomadas, mesmo as que tivessem a melhor qualidade para resolver os nossos eternos problemas de escassez de alimento e de saber.

O não ter levado a bom termo um processo semelhante, por exemplo, mesmo que tão incompleto como o nosso, na actual Grécia, por não ter sido resolvido de todo, provocou as mais nefastas consequências económicas, uma vez que a Igreja Ortodoxa é uma das principais proprietárias daquele país.

Portugal limita-se a ter concluído cabalmente, ainda que já desactualizado, o cadastro, sobretudo a SUL do Tejo, durante a revolução leninista, depois de 1974 e sobretudo depois do 11 de Março de 1975, em que todas as empresas foram nacionalizadas, na denominada *Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA)*, que atinge ainda hoje o distrito de Castelo Branco, mas que deixou estupidamente de existir para o Algarve, julga-se, devido à loucura do betão e do turismo, ao querer transformar-se o país num repositório de “serviços”, o que, no meio de qualquer crise financeira ou de guerra, se esfarela prontamente.

Como não podia deixar de ser, as poucas letras dominadas pela chamada *massa crítica*, teve uma influência nefasta no progresso produtivo da agricultura portuguesa, até porque nas instituições dedicadas ao seu estudo, só estagiavam os filhos de agricultores com posses para nos princípios do séc. XX virem estudar para a capital, falta que começou a ser reparada nos finais do governo de Marcelo Caetano, mas sem que logo de início a parte teórica e prática se tivessem combinado, como era imprescindível.

Tal facto era completamente natural, uma vez que grande parte dos professores que transitavam das antigas colónias ou do Instituto de Agronomia tinham sido todos formados na mesma escola teórica, que, pouco a pouco, se foi voltando para a dura realidade do nosso clima, das nossas terras, em geral de pouca qualidade, e dos métodos de cultivo e de adubação que se impunham, sem falar do sector da biotecnologia.

Não é de estranhar episódio como o que passo a contar e que ainda não há muito tempo aconteceu: uma estudante ainda muito nova, propôs a um Catedrático de Direito, hoje falecido e que até foi ministro das Finanças, estudar as leis da propriedade agrícola, uma vez que só fugazmente a Universidade de Coimbra tinha tido no passado uma cátedra de *Direito Agrário*, cuja falta é notada por quem quer que se interesse pelo mundo agrário.

A resposta do professor mostra bem a consideração que se tem pela comida produzida e não importada: “Mas que ideia! Ir agora estudar as leis que cheiram a alho e a cebola!” Esta pequena estupidez ilustra e explica a situação em que um país que não é nem agrícola, nem industrial, de pescas ou de produtos transformados, com que faça comércio, nem finalmente financeiro, sem encontra! Continuo a

pensar que é do Homem que tudo isso depende, mas esse Homem não é o Lusitano com certeza!

A prática agrícola não era contudo deixada completamente de lado, visto existirem no país escolas práticas de *regentes agrícolas*, que juntamente com agrónomos contratados por empresas agrícolas privadas e capazmente modernizadas, obtinham resultados mais do que satisfatórios. Não fora este clima mediterrânico, que O.Ribeiro estuda no já clássico *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, teria havido mais rapidamente um progresso maior, porque já muitos empresários com formação adequada geriam as terras que lhes tinham cabido ou por venda ou por herança, mas não tinham hipóteses de singrar, para além de onde podiam implantar o regadio, de vencer a oposição de um clima irregular, como o mediterrânico, e a geralmente má qualidade dos solos, que escaparam à voragem e atracção económica dos construtores de prédios e de vivendas e dos chamados *resorts*, que em Português castiço chamaríamos de *estâncias*.

Mesmo no século XIX houve tentativas de modernização, minhas conhecidas, como fosse a tentativa de Miguel de Oliveira Fernandes, de criar o *adubo Fernandes*, vendido durante anos pela CUF, cujos quadros experimentais ainda existem em publicações dos fins do século e num quadro de 1896, em que se exemplifica a experimentação de adubo azotado nos barros negros da *Herdade das Almocrevas* em Beja, onde até então só se utilizavam adubos com fosfato.

Outro exemplo meu conhecido e por mim experimentado foi o enxertio de zambujeiros selvagens e seculares em oliveiras mansas de azeitona *Galega* ou *Bical* na *Herdade do Xerez* na freguesia de Monsaraz, operação que muitos consideraram nos princípios do século XX, como “louca”, mas que depois de 1910 muito azeite deu, num lagar de varas primeiramente, e a seguir em 1935, num lagar Tramagal, de ceiras e muito mais moderno, ainda que dependente de 11 operários, lagar que foi desmontado para sempre de pois do golpe e das ocupações de 1974, uma vez que os zambujeiros se espraiavam por toda a parte sendo impossível deles fazer um olival alinhado que permitisse uma apanha mais regular e barata.

A revolução leninista de 1974 levou, contudo, os agricultores a organizarem-se em confederação e associações privadas, não só para defenderem o direito à propriedade contra o colectivismo que grassava, como em entidades especializadas na produção e comercialização específica de produtos agrícolas e hortícolas, desde o trigo o arroz e o milho, à maçã, à laranja e à pera *Rocha*, do Norte ao Sul do país, o que tem permitido exportar, diminuir por consequência as importações para o consumo interno, e contribuir para um PIB mais consentâneo com as necessidades nacionais.

Ao mesmo tempo não se deixou ficar isolado o tão aclamado *Pinhal de Leiria*, que nem sequer obra de D.Dinis foi, mas a necessidade de construção de casas, móveis e celulose, levou a que se aumentassem as áreas de floresta de pinheiro bravo e manso, bem como de eucalipto, ainda que as boas florestas de carvalhos e castanheiros fossem relegadas para posições muito inferiores às que tinham no

passado, o que não aconteceu com o sobreiro e a cortiça que produz, que ainda mantem posição cimeira nos mercados internacionais.

Havia contudo a consciência de que sem água, dificilmente haveria agricultura, excepto nas ilhas dos Açores, onde a ilha de S.Jorge, desempenhou papel importantíssimo não só na produção de queijo e de leite, e a ilha Terceira na produção de cereais com que se abasteciam no passado as naus que vinham do ultramar, sem referir, uma vez que já pertence ao passado, à caça do cachalote e ao fabrico do óleo que dele era extraído.

O regadio é hoje considerado como uma das prioridades para aumentar a produção agrícola nacional, bem como a energia eléctrica que pode ser produzida nas barragens, uma vez que até mesmo a chamada barragem de Alqueva está longe de chegar aos 120.000 Ha, que segundo se proclama será o seu limite, para se juntar às áreas de regadio pequeno e maior que pelo país inteiro se distribui, evitando a aquisição cara das máquinas que se perfilam com as gigantescas ventoinhas que poderão dar grande auxílio financeiro às empresas que as encomendam, em vez de se lançar mão à biomassa, com a limpeza das matas, e que certamente, além de por ela se evitarem os contínuos incêndios florestais, daria lugar a energia que evitaria a sua importação de países que dispõem de centrais nucleares que seria bom evitar devido ao perigo que sem sombra de dúvida consigo trazem, se algumas aqui forem construídas, mesmo que sejam alvo dos cuidados necessários.

De qualquer forma, sem água armazenada ou sem chuvas regulares como em França, o produto agrícola será sempre escaço, e não só o agrícola, mas também o pecuário. E tal verifica-se no nosso país, com a excepção dos gados ovino e caprino, que podem ser muito mais bem estruturados e estudados; do suíno, que já no século XIX, princípios do XX, foi visto como possivelmente comerciável, uma vez que grandes criadores se uniram à família Mineiro do Tramagal, e constituíram no Montijo a *Companhia de Criação e Comércio de Gados*, que durante anos pagou dividendos até desaparecer completamente devido à criação de porcos brancos em malhadas e com ração. Foi uma revolução económica considerável.

O mesmo não podemos dizer do gado bovino, que conheceu considerável melhoramento e aproveitamento com a ligação ao regime corporativo e às cooperativas leiteiras, apesar dos muitos abusos e especulação a que presenciamos, o mesmo não acontecendo com o bovino de carne, possivelmente por falta de selecção acompanhada por biotecnologia, que adaptasse as nossas ou outras raças à rede comercial que as vende nas grandes superfícies e nos talhos.

Np que respeita aos equinos especializaram-se os criadores no *cavalo lusitano*, cuja origem e a lembrança dos *Lippizaner* peninsulares das Escola de Viena, sempre levantaram discussões mais ou menos sabedoras entre os especialistas em zoologia e equitadores. Tem sido um raça dedicada à equitação artística e ao toureio, mas não pode ir mais além, pois as raças inglesas, alemãs e francesas dominam o desporto equestre, pela simples razão de que o facto de não conseguirem sobreviver na Península Ibérica os hipódromos e as corridas, com o mundo da

aposta a esse sector ligado, impediu que os cavalos de desporto internacional se desenvolvesse em Portugal-

É evidente que outros produtos há de grande importância comercial, como os animais de pena, perus, galinhas e outros, de pelo, como coelhos, por exemplo que também têm bom lugar no mercado.

Não é possível esquecer, pela experiência vivida, os peixes criados nos nossos rios e nas grandes barragens, os chamados peixes de água doce, que são pouco apreciados nas grandes capitais portuguesas, mais por ignorância culinária do que por qualquer outro motivo. A ignorância é tão grande, que há pouco tempo se confundiu um *siluro* , mais conhecido por *peixe gato* numa das nossas barragens, com um jacaré, quando sabemos, ou deveríamos saber se no Mississipi há quintas de *catfish*, que é de considerável peso, chega aos 15 quilos e mais, ou o *blackbass* , importado da América do Norte, *achigã* , na nossa língua e que culinariamente teria bastante valor se o soubéssemos comer. De resto é o que acontece com o *lagostim de água doce*, considerado como praga nos arrozais, e que são vendidos pelos nossos vizinhos Espanhóis, depois de pagos a baixo preço, para a França (*écrevisse*) e para a Suécia onde é prato nacional por altos preços . Foram importados, os de maior tamanho, também da América do Norte, (*crayfish*) é o seu nome, onde são servidos numa sopa muito condimentada com pimenta de Cayenne, na chamada *bisque* de Nova Orleães, o que fez muitos orizicultores do Mississipi, a abandonarem o cultivo do arroz, para se dedicarem a criar nos tanques dos arrozais o referido lagostim.

Em Portugal, uma vez que o esturjão desapareceu e o salmão quase desapareceu, por serem peixes anádromos, que vêm da água salgada desovar na água doce, poderia a investigação da piscicultura estudar a forma de repor essa riqueza em território português, espalhando a culinária televisiva o seu gosto pelos restaurantes nacionais, porque a lampreia, o ciclóstomo, é suficientemente apreciada por todo o país desde Mértola e Guadiana ao Rio Minho.

Pessoalmente, era eu ainda rapaz, aprendi a comer “peixe do rio”, não só no Alentejo, como no Palatinado e Lago Constança (onde se comem fritos os *fellchen*, espécie da joaquinzinhos)na Alemanha, e a *perca* do lago Lemman em Genebra, onde durante anos nada existiu até limparem o lago da poluição.

Pouco mais tenho para dizer, muito embora saiba que muitas lacunas deixo. Uma coisa porém é certa: nunca se conseguirá planificar capazmente a nossa agricultura sem que haja um cadastro completo; a agricultura não crescerá, se a área de regadio não aumentar, seja em exploração subterrânea, seja em barragens de maior ou menos dimensão; nunca haverá uma agricultura saudável, se as indústrias de transformação não se distribuírem por todo o território; nunca se poderá atingir certos níveis produtivos, se o nível de instrução e de saber dos agricultores não for substancialmente melhorado, apesar de sabermos que bem melhor é hoje do que há cem anos. Mas não chega, porque a classe agrícola tem dificuldades em compreender a especulação financeira e os prejuízos que lhe acarreta, juntamente

com uma indiferença generalizada mesmo da classe política que, constituída por cidadãos, com formação em muitos casos discutível, tem relegado a agricultura para um lugar pouco importante, atitude que é exemplificada pela preferência dada nas chamadas “energias alternativas” a investimentos em máquinas importadas para o país ou no estrangeiro, o que confere a um interesse nacional do sistema e das redes que nos governam um carácter multinacional, cujo interesse não está bem definido, enquanto o cadastro nacional das propriedades agrícolas ainda está longe de ser feito.